

Pedro Abelardo e as mudanças no pensamento do século XII

Juliana Tanaka e Terezinha Oliveira*

Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. e-mail: teleoliv@femanet.com.br

RESUMO. Este artigo tem por objetivo apresentar o pensamento de Pedro Abelardo no contexto histórico que o originou. Por meio da leitura de fontes historiográficas, analisamos as transformações ocorridas no século XII, oriundas do ressurgimento da atividade urbana e comercial que influenciaram, de maneira decisiva, a educação, o pensamento e os costumes do período.

Palavras-chave: educação, Idade Média, Pedro Abelardo.

ABSTRACT. *Pedro Abelardo and changes in the twelfth century's thought.* This article aims at presenting Pedro Abelardo's philosophic thought in its original historical context. Based on historical source documents we were able to analyse the twelfth century's changes resulted from the resurgence of urban and trade activities which definitely influenced the education, thoughts and habits of that period.

Key words: education, Middle Age; Pedro Abelardo.

Dentre os pensadores que se destacam no século XII, sem dúvida, Pedro Abelardo (1079-1142) merece especial atenção. Importante filósofo e teólogo escolástico, nasceu em Le Pallet, perto de Nantes, França. Apaixonado pela filosofia, estudou lógica, entre 1094 e 1106, em Loches e Paris. Lecionou dialética em Melun, Corbeil e Paris e foi muito popular com os alunos. Desde cedo, porém, travou embate com os mestres tradicionalistas, que o perseguiram por defender o exame crítico das Escrituras à luz da razão. Esse fato, o de Abelardo pensar de modo diferente do que estava predominantemente posto e, mais do que isto, ensinar tal forma de reflexão aos seus educandos, estava abalando sensivelmente os pilares nos quais a sociedade da época até então se estruturava.

Nesse sentido, pressupomos a necessidade de, em primeiro lugar, entender o contexto histórico da época em que Abelardo viveu, a fim de que possamos compreender melhor o seu pensamento, bem como o modo como foi influenciado e influenciou na educação daquele momento. Recorremos, para tanto, a diversas fontes historiográficas, principalmente de autores dos séculos XIX e XX que discutem a questão.

Por intermédio dessas fontes, observamos que o século XII destacou-se, na história da civilização, como palco de grandes transformações sociais. É François Guizot (1907) - historiador do século XIX e estudioso do período medieval - quem nos revela,

em seus escritos, que a implantação do feudalismo trouxe consigo uma paz desconhecida até aquele momento da medievalidade na Europa ocidental. Os homens - após um longo tempo de vida errante, entremeados por lutas, guerras e conflitos internos e externos - finalmente estavam deixando de ser nômades para fixarem raízes, constituírem família, desenvolverem outras habilidades diferentes daquelas requeridas pela vida bárbara que levavam no dorso de um cavalo.

Onde cessou a barbárie, tudo adotou a forma feudal. ... era uma sociedade nova que ia começar, tão necessária, tão inevitável, tão completamente a única consequência possível do estado anterior, que tudo coube no seu molde e adotou a sua forma. Os elementos que mais repugnavam a este sistema, a igreja, as comunas, a realeza, tiveram de se lhe amoldar ... (Guizot, 1907:120).

Ao mesmo tempo em que o feudalismo se consolidava, ressurgia o desenvolvimento das cidades e do comércio. A economia crescente, aliada à paz feudal estava exercendo um papel fundamental na forma dos homens enxergarem a relação Deus / homem e na maneira de se pensar a própria existência. Vivenciando esses acontecimentos, os homens puderam pensar além das necessidades imediatas, principiando a enxergar, inclusive, que a sua sobrevivência não precisava mais passar, obrigatoriamente, pelo crivo da Igreja.

Conforme aponta Henri Pirenne (1968) - historiador do século XX - a Igreja foi, durante a Idade Média, a classe social mais importante. Ela era a grande detentora do saber e de grandes bens materiais da sociedade. Empréstava dinheiro aos senhores e à aristocracia, em tempos de penúria. Até o século XI foi somente ela, também, que conservou em seus domínios a faculdade de ler e de escrever, quesitos básicos para um mínimo de instrução. A educação de reis e príncipes, filhos de senhores e do povo, passavam, indubitavelmente, por suas “vistas”. Foi apenas no século XII, como veremos adiante, que as escolas laicas surgiram.

Não é difícil entender, pois, a razão de os filósofos da época serem todos vinculados à Igreja. Verifica-se que a mesma, por ser uma instituição humana, não era algo isolado do modo como os homens estavam vivendo. Acompanhando o movimento da sociedade em transformação, acabou produzindo em seu interior homens com formas de pensar diferentes uns dos outros. Esta afirmação se confirma quando vemos os filósofos medievais, tradicionalistas e nominalistas, discutirem “a questão dos universais”, um dos problemas mais importantes do período. Essa questão suscitava o embate entre fé e razão, ser e matéria, corpo e alma, e levava os homens, em última instância, a duvidarem da universalidade divina ao colocar em pauta a existência dos universais. Para os realistas, a razão dos homens era a fé e, para os nominalistas, essa razão era a própria existência.

Entretanto, cumpre observar que essa dúvida a respeito da universalidade divina só foi possível porque a sociedade estava “pronta” para aceitá-la. O feudalismo e o desenvolvimento econômico assim o permitiram.

É em meio a esse contexto histórico do século XII, vivido por Pedro Abelardo, que ressaltamos a importância do seu pensamento para o desenvolvimento da escolástica¹. É mister explicar que, naquele momento, a escolástica veio atender uma necessidade do período enquanto forma de

pensar. As questões humanas não podiam mais ser resolvidas somente pela fé, visto que os acontecimentos da ocasião colocavam em dúvida a própria forma de explicar a realidade.

Quando se considera o conjunto de doutrinas que o termo escolástica abrange e quando se observa que é a filosofia a disciplina que exprime os seus aspectos mais salientes, pode afirmar-se ... que a escolástica é um modo de pensar e um sistema de concepções em que se valoriza a vida terrena como dom admirável de que usufruímos para o nosso bem e para o nosso desenvolvimento pessoal e em que se admite que o ser do homem não se esgota no breve tempo da sua existência terrena, uma vez que o homem tem um fim supraterrâneo e eterno e o destino de uma vida interminável, sobre poder crescer ainda neste mundo na vida sobrenatural que ele obtém através do batismo. Portanto, num primeiro momento, casam-se na escolástica a concepção filosófica da vida terrena, da sua transcendência às limitações deste mundo e a mundivivência cristã em que a revelação de Cristo assegura que a vida continua além da morte, que um destino feliz ou infeliz aguarda o homem conforme o seu modo de viver na terra, e que neste mundo já é possível ao homem nascer para a vida sobrenatural e nela crescer até que possa, após a morte, fixar-se num estado definitivo de completa beatitude ou de felicidade eterna. (Nunes, 1979: 244-245).

Neste sentido, podemos dizer que a educação escolástica preconizada por Abelardo em suas aulas não só acompanhava como também respondia ao modo de ser da sociedade. A forma dialética com que discutia os assuntos mostrava que a vida dos homens não era estanque: havia uma plasticidade no pensamento, que permitia refletir, entender, perceber as mudanças, ampliar os horizontes. Logo, não era porque algo sempre havia sido de uma determinada maneira que seria necessário que se permanecesse assim. Ao contrário, a história tem nos mostrado que é na contraposição de idéias que se faz a educação dos homens e o seu desenvolvimento.

Por conseguinte, é correto afirmar que a educação escolástica dava-se, sim, pela memória, mas era o único modo de manter o conhecimento no intelecto. Não havia outros recursos no ensino para que os alunos pudessem prescindir dessa faculdade cognitiva. A aprendizagem dos conteúdos, contudo, não acontecia pelo puro e simples transmitir de informações do mestre ao aluno; as aulas eram dinâmicas, plenas de discussões, que levavam à reflexão dos assuntos tratados. Ruy Nunes, a esse respeito, esclarece:

... a disputatio ou debate serve para dissipar as dúvidas e, nesse caso, recorre-se às autoridades admitidas pelos interlocutores com os quais se discute... Outra espécie de disputatio ou debate é a que se

¹ O conceito de escolástica no qual nos pautamos e tomamos como referencial para discutir a questão educacional neste estudo corresponde à definição de escolástica postulada pelo professor Ruy Nunes. Para ele (1979: 253), o fator mais relevante para o desenvolvimento da escolástica foi a introdução das obras de Aristóteles na corrente latina dos estudos e a sua prescrição no currículo universitário. Com Aristóteles, entrava no pensamento ocidental a convicção de que a filosofia é disciplina racional autônoma, relacionada intimamente com as outras e com a crença religiosa, mas distinta e independente na sua constituição e operação. Com Aristóteles alargou-se o âmbito do saber devido ao aparecimento de várias disciplinas científicas e ao enriquecimento doutrinário das já existentes. Com Aristóteles, impôs-se a convicção de que o poder temporal é sociedade perfeita na sua esfera de ação e que, embora unido ao poder espiritual, dele pode destacar-se e atuar sem subserviência ou pretensão de domínio indebito (...).

verifica nas escolas com o objetivo de instruir os alunos e dirigi-los rumo à verdade e não com o de expungir o erro; e, nesse caso, cumpre apoiar-se em sólidas razões e procedentes investigações para se demonstrar ser verdadeiro o que se diz, pois o simples argumento de autoridade só proporcionaria certeza ao aluno de que a questão é essa tal, mas não lhe dispensaria conhecimento, nem o aluno perceberia a razão profunda da afirmação feita pela autoridade (Nunes, 1979:246).

E, complementa, afirmando:

a universidade medieval era um ambiente animado pelas investigações, pelos debates e pela atividade dos alunos e professores. Nela não existia esse processo didático, monótono e rotineiro de meras aulas expositivas e de modo algum os alunos se mostravam ouvintes passivos a repetirem cegamente as palavras do professor (Nunes, 1979:250).

Assim eram as aulas de Pedro Abelardo que, com suas hábeis argumentações, incitava os alunos à discussão. Com isso, “convidava” os homens a pensar, a investigar além das questões religiosas, levando-os a refletir sobre outras questões, materialmente postas na sociedade.

A retomada do grande comércio, o desenvolvimento das cidades, garantido pelos progressos agrícola e demográfico, a especialização do trabalho em mesteres, tudo isto produz uma mobilidade social que provoca uma transformação mental e espiritual ... (Le Goff, 1980: 159).

As aulas de Abelardo correspondiam, portanto, à forma de organização social e econômica do período. A sua formação intelectual fazia com que valorizasse o uso da lógica no debate de assuntos teológicos, tentando, desse modo, explicar a fé à luz da razão. Essa forma de discussão, que adveio do resgate de filósofos antigos, como Platão, Aristóteles, Cícero, Porfírio e Boécio, fez com que Abelardo acabasse apontando uma outra direção para as pessoas, que não somente a explicação divina para as coisas. Com o método que propunha - discutir um trecho de um texto sagrado, por meio de uma dúvida levantada, a fim de encontrar uma resposta qualificada para o problema - Abelardo colidia com o ensino que predominava na sociedade. A “velha” forma de ensinar era defendida pelos tradicionalistas Guilherme de Champeaux e Bernardo de Clairvaux, cujo método era aceitar a Palavra sem discuti-la. Este último, inclusive, considerava que a tentativa de Abelardo explicar a Trindade, utilizando-se da racionalidade, era um perigo e desrespeito à fé cristã. Notemos, assim, como um mesmo período produz,

dentro de uma mesma sociedade, pensamentos distintos, que se contrapõem².

Os conflitos permanentes com os inimigos e as perseguições que sofreu ao longo da vida são relatadas por Abelardo em uma carta autobiográfica, intitulada *História das minhas calamidades*³. Ele foi perseguido em nome de ensinamentos considerados perigosos pela Igreja, porque colocavam em xeque a forma como esta instituição explicava e conduzia a vida dos homens. Não era gratuito que suas aulas e preleções fossem bastante concorridas e os alunos afluíssem dos mais diversos lugares para delas participarem. Eles simplesmente queriam ouvir aquilo que já estava colocado em suas vidas, isto é, que os homens podiam prescindir da Igreja para viver, pois as relações sociais postas pelo feudalismo estavam mostrando que não era Deus o único responsável pela vida do homem, mas o próprio esforço humano.

Tendo observado para qual caminho as implicações de Abelardo conduziam o público, devemos considerar que, em termos de pensamento, nada era mais “moderno” do que Abelardo sugeria em suas polêmicas aulas, no seio de uma sociedade extremamente crente nos dogmas da fé divina. Dogmas que, até então, também justificavam a vida dos homens⁴.

O pensamento de Pedro Abelardo na *Lógica para principiantes*

Na obra *Lógica para principiantes*, que, na verdade, é uma aula ministrada por Abelardo aos alunos que estavam principiando no estudo da razão (lógica), podemos observar a dinâmica do pensamento inovador do mestre, bem como ver explicitadas algumas questões fundamentais do seu pensamento. Ele analisa a obra de Porfírio, intitulada *Introdução às*

² A história da civilização, em geral, indica-nos que, em momentos de transição social, é indubitável a existência de diferentes maneiras de se pensar e de explicar como os homens se organizam nas relações sociais de produção. Assim posto, entendemos que a sociedade do século XII - por apresentar sujeitos ligados à agricultura no feudo, de um lado; e homens vivendo da atividade comercial nas cidades, de outro lado - produziu, concomitantemente, diferentes teorizações acerca da realidade vivida naquele momento. O mesmo pode ser verificado quatro séculos mais tarde, no período de transição da sociedade feudal para a capitalista, como bem expressam algumas obras importantes da época. Como exemplo, podemos citar a obra *Galateo ou Dos Costumes*, de Giovanni Della Casa (1503-1556).

³ Nesta carta, escrita a um amigo fictício, Pedro Abelardo narra a paixão pelos estudos do *Trivium*, o romance com Heloísa e as constantes tragédias que se sucederam a este amor.

⁴ Cumpre ressaltar que, ao utilizarmos, aqui, o termo dogma para referir-nos ao século XII, estamos fazendo uma leitura histórica da questão, posto que naquele momento, a razão dos homens era a fé. Esta, só se torna dogma a partir do período de transição dos séculos XV-XVI, quando a razão dos homens passa a ser a ciência, ou seja, aquilo que pode ser comprovado empiricamente.

Categorias de Aristóteles (Eisagoge eistas Aristotélis Kategorias), que fora traduzida para o latim e comentada por Boécio (450-525).

No início da aula, ao analisar um comentário que Porfírio faz no *Isagoge*, Abelardo menciona suas palavras:

No momento, recusar-me-ei de falar a respeito dos gêneros e das espécies, para saber se existem por si mesmos ou se são puras concepções do espírito e, no caso de existirem por si mesmos, se são corpóreos ou incorpóreos ou, também, se existem separados dos objetos sensíveis ou se neles permanecem: esse problema é muito difícil e exigiria investigação muito extensa (Porfírio apud Abelardo, 1984: 219).

Porfírio suscitou, nesse comentário, três questões sobre os universais, quais sejam: se os universais existem mesmo ou se são meros objetos do intelecto humano; se os universais são corpóreos ou incorpóreos e se os universais existem nas coisas sensíveis ou fora delas. Essas perguntas, no século XII, como não poderia deixar de ser, apresentavam, mesmo dentro da filosofia, uma conotação altamente religiosa. Isto porque, colocava em pauta questões como: será que é preciso ou não justificar a presença das coisas e das pessoas? Deus está presente ou não em todas as coisas?

A essas indagações, os filósofos medievais apresentaram duas soluções de natureza opostas, a saber: o realismo e o nominalismo. Os defensores do realismo, como Santo Anselmo e Guilherme de Champeaux além de afirmarem a existência real dos universais e de um mundo superior de idéias, isto é, da existência real dos homens e da supremacia de Deus sobre eles, afirmavam também que os universais constituíam a mais autêntica realidade, quer dizer, consideravam a Palavra de Deus como a verdade absoluta. O conhecimento e a aprendizagem humana estavam, portanto, submissas a ela. O nominalismo, por sua vez, que tinha na figura de Roscelino seu grande defensor, constituía-se como uma doutrina segundo a qual as idéias gerais não passavam de meros nomes, sem qualquer realidade fora da mente ou do espírito. Concordavam que todas as coisas provinham de Deus, mas o pensamento e o conhecimento dependiam do próprio homem. A única realidade para eles constituía-se nos indivíduos e nos objetos individuais, porque acreditavam que os homens ocupavam e determinavam espaço próprio.

Abelardo, por sua vez, apresenta uma outra resposta para as indagações de Porfírio sobre a existência dos universais. Ao mesmo tempo em que se afasta das duas posições acima citadas, integra elementos de ambas. Ele tenta conciliar a fé com a

razão, a matéria com o espírito, apresentando para todas as questões duplas respostas, posto que analisa os dois lados do problema.

À primeira questão, se os universais existem mesmo ou se são só meros objetos do intelecto humano, responde que os universais, por si mesmos, não existem mais do que no intelecto, mas estão vinculados aos seres reais:

... Mas parece que não pode haver um significado, quando o intelecto não tem um sujeito real do qual forme a idéia. Daí a afirmação de Boécio no seu Comentário: Todo significado ou procede da coisa substancial, tal como a coisa é constituída ou como ela não é constituída. Com efeito, o significado não pode proceder de um não-ser. ... (Abelardo, 1984: 233).

Com essas palavras, o mestre Abelardo estava mostrando aos homens de seu período que Deus é o criador de todas as coisas e, por conseguinte, todas as coisas são oriundas d'Ele. Todavia, a inteligência, o conhecimento e os significados não podem existir sozinhos, sem que existam seres materiais, reais. Logo, temos implícito que: Deus criou o homem, mas este pode pensar por si, sem interferência divina. Apesar de tanto a matéria quanto o espírito existirem em um só indivíduo, ambos constituem-se como elementos dissociados.

À segunda indagação, se os universais são corpóreos ou incorpóreos, Abelardo responde que são corpóreos enquanto nomes, pois sua essência se faz presente nos sons emitidos pela voz humana, mas são incorpóreos quanto à sua função significativa, qual seja, a de designar vários indivíduos semelhantes.

... Num certo sentido são as coisas corporais, isto é, separadas na sua essência; mas as incorporais, quanto à designação do nome universal, porque os universais não denominam separada e determinadamente, mas confusamente, Daí os próprios nomes universais serem chamados corpóreos quanto à natureza das coisas, e incorpóreos quanto ao modo da significação, porque embora denominem coisas que existem separadas, não as denominam, todavia, separada e determinadamente (Abelardo, 1984:244-245).

Essa afirmação quer dizer que, ao mesmo tempo em que somos iguais, por pertencermos ao gênero humano, somos diferentes em nossas particularidades. E os nomes, por identificarem as coisas e as pessoas, são reais, porque a partir de um nome temos uma identidade própria, que independe de Deus.

À terceira pergunta, se os universais existem nas coisas sensíveis ou fora delas, o mestre diz que alguns universais como a alma, por exemplo, existem fora das coisas sensíveis, haja vista que não

podemos percebê-la, e outros, como a forma do corpo, existem tanto nas coisas sensíveis quanto fora delas.

E uma vez que se dizia ser o significado dos universais isolados dos sentidos, como se afirmou, indagou-se corretamente se os universais seriam sensíveis ou não-sensíveis; e como se respondesse que alguns deles são sensíveis quanto à natureza das coisas, mas que eles próprios são não-sensíveis quanto ao modo de significar ... , restava a questão de saber se os universais denominam apenas os próprios sensíveis ou se eles também significam alguma outra coisa; ao que se responde que eles significam, ao mesmo tempo, as próprias coisas sensíveis e aquela concepção comum que Prisciano atribui de modo principal à mente divina. (Abelardo, 1984:246)

Essa passagem indica que tanto o pensamento racional que possibilita o homem abstrair, quanto os sentidos, que o deixam perceber, fazem parte da alma. Para Abelardo, Deus é a essência de todas as coisas, mas o homem é a existência capaz de ter conceitos abstratos e sentimentos que não podemos “tocar”, tais como: o amor, a fé e a esperança. Com isso, acaba por concluir que a faculdade da inteligência que nos faz abstrair, refletir, pensar, cabe somente a nós mesmos.

A essas três questões o mestre acrescenta ainda uma quarta, na qual indaga se os universais subsistiriam, mesmo se não existissem os correspondentes indivíduos. Para essa pergunta, ele diz que é necessário levar em consideração dois aspectos: por um lado, a significação dos universais enquanto nomes designando os indivíduos, e, por outro, enquanto conceitos. No primeiro caso, se não existissem indivíduos a serem nomeados, os universais deixariam de existir, e, no segundo caso, eles continuariam existindo, porque mesmo que houvesse indivíduos para serem significados poder-se-ia dizer que “os homens não existem”.

... Com relação ao que nós entendemos aqui como a quarta questão, como lembramos acima, a solução é esta: que nós, de modo algum, queremos que os nomes universais existam, quando tendo sido destruídas as suas coisas, eles já não sejam predicáveis a respeito de muitos, porquanto eles não são comuns a quaisquer coisas, como ocorre com o nome da rosa, quando já não existem mais rosas, o que, entretanto, ainda é significativo em virtude do intelecto, embora careça de denominação, pois de outra sorte não haveria a seguinte proposição: nenhuma rosa existe. (Abelardo, 1984:246)

Essa resposta, dada por Abelardo à própria questão, reforça toda a idéia presente na discussão acerca dos universais: a dúvida sobre a importância da universalidade divina. É importante considerar

que essa dúvida coloca-se patente nos escritos abelardianos porque ela, de um modo geral, está fazendo parte da sociedade, do pensamento dos homens medievais da época.

Abelardo explica a lógica como sendo um instrumento da razão, da inteligência. Para ele, a filosofia, ciência maior que engloba as demais ciências, tem como alicerce o pensamento racional. Neste sentido, diferencia-se bastante da religiosidade, cuja base é a crença. A fim de tentar explicar aos alunos a importância do estudo da lógica, utiliza-se dos “óculos” de Boécio quando diz:

... Boécio não denomina qualquer ciência filosofia, mas só aquela que consiste no estudo das coisas mais elevadas. De fato, não damos o nome de filósofos a quaisquer estudiosos, mas apenas aos sábios cuja inteligência se aprofunda na consideração das questões mais sutis. Boécio distingue três espécies de filosofia, isto é, a especulativa, que investiga a natureza das coisas; a moral, que considera a questão da vida honesta; e a racional, denominada lógica pelos gregos e que trata da argumentação. Alguns autores, entretanto, separam a lógica da filosofia com afirmar que ela constitui mais um instrumento, de acordo com Boécio, do que uma parte da ciência filosófica, uma vez que todas as disciplinas dela se utilizam de alguma forma, quando usam os seus argumentos para fazerem as próprias demonstrações. Quer se trate de uma investigação sobre o mundo físico, quer de um assunto moral, os argumentos procedem da lógica. ... (Abelardo, 1984:211)

Por meio dessa passagem sobre a importância da lógica, Abelardo revela que os homens têm em si uma razão própria, ou seja, sendo capazes de argumentar, de raciocinar, de investigar sobre assuntos de qualquer natureza, acabam produzindo um conhecimento, que não é divino, mas humano, nascido do estudo, do esforço, da capacidade própria e das necessidades postas pelo momento histórico.

Abelardo destaca, ainda, no final de sua aula, que o motivo que levou Porfírio a escrever uma introdução às *Categorias* de Aristóteles foi a existência de dúvidas a respeito dos universais. Às dúvidas de Porfírio, o mestre soube responder com láurea. Em suas respostas às questões dos universais, percebemos a grandiosidade do seu pensamento. Não sem razão, por este motivo, destacou-se como um grande expoente da filosofia medieval.

As transformações sociais e as mudanças no pensamento e costumes do século XII

Matéria versus espírito, razão versus fé. Eis o problema que o mestre Abelardo erigiu com seus ensinamentos, colocando tudo em dúvida. Essa questão polêmica foi discutida no século XIX por

Guizot (1907). Segundo este autor, os próprios acontecimentos sociais e econômicos levaram os homens a pensar de outra forma que não somente pela fé, pela crença. Para ele, esse modo de refletir pode ser explicado inicialmente com o fim do Império de Carlos Magno, quando se travou uma luta individual de interesses entre os possuidores de feudo e os chefes da Igreja, a fim de se dominarem uns aos outros. Os ensaios, visando proporcionar uma unidade para a Igreja feudal em dissolução e desordem, devido ao isolamento cada vez maior de cada diocese, não surtiram efeito. Essa desordem desagradou o povo e uma parte do clero, que sentiam a necessidade de reforma e de uma autoridade que impusesse regras. No século XII, Gregório VII *“quis reformar a Igreja e por meio desta a sociedade civil, dando-lhe mais moralidade, mais justiça, mais ordem. Quis fazê-lo por intervenção e em proveito da Santa Sé”* (Guizot, 1907: 206, v.1). Na mesma época, nos mosteiros, manifestou-se também uma necessidade de ordem, disciplina, rigidez moral, *“é a época em que Roberto de Molemo dá a Cister uma regra severa; o tempo de S. Norberto e da reforma dos cônegos; o tempo da reforma de Cluny; finalmente o da grande reforma de S. Bernardo”* (Guizot, 1907:207, v.1).

Guizot considera, ainda, que ao mesmo tempo que alguns homens da Igreja, como os acima mencionados, reclamavam uma reforma do ponto de vista moral, outros homens, também da Igreja, pensadores influentes e de diferentes épocas como Erigena, Abelardo e Roscelino, *“reclamavam para a razão humana o direito de ser alguma coisa no homem, o direito de intervir em suas idéias”* (Guizot, 1907:208, v.1). Estes homens não criticavam as crenças religiosas. Ocorre que para eles, porém, a razão poderia explicar as coisas humanas, materiais; e a fé, por sua vez, as coisas espirituais. Com isso, eles estavam reivindicando para os homens o direito de raciocinar, de pensar livremente, fazendo com que a Igreja se sentisse ameaçada com este afã de liberdade.

Sentiu-se depressa a importância deste primeiro ensaio de liberdade, deste renascimento de espírito de exame. A Igreja, apesar de estar falando da sua reforma, nem por isso deixou de se assustar, declarou-se logo inimiga destes novos reformadores, cujos métodos e doutrinas iam ameaçá-la. Este é o grande fato que se patenteia no fim do século XI e no começo do século XII, quando a Igreja se apresenta no estado teocrático e monástico. É a primeira vez que se trava luta entre o clero e os livres pensadores. As disputas entre Abelardo e S. Bernardo, os concílios de Soissons e de Sens em que Abelardo foi condenado, são a expressão deste fato que tão importante lugar veio a ter na história da civilização moderna (Guizot, 1907:209, v.1).

Desse modo, podemos ver, claramente, que, para o século XII, pensar como Pedro Abelardo, era, no mínimo, inovador, já que a Igreja Católica - instituição que abarcava todo o saber da época - era hostil aos pensadores não cristãos, nos quais ele muito se pautava. Abelardo expunha abertamente em suas obras e preleções, idéias consideradas heréticas pela Igreja. Com a questão dos corpóreos e incorpóreos acabava inculcando nos alunos que matéria e espírito eram dissociados, sendo possível, talvez, viver materialmente de acordo com a razão e espiritualmente de acordo com a fé.

Entretanto, embora a questão erigida por Abelardo, matéria (razão) versus espírito (fé) tivesse suscitado polêmica e tentado mostrar outro caminho para os homens, a Igreja (fé) triunfou naquele momento da medievalidade. O modelo aristotélico-ptolomaico de mundo ainda estava longe de ser posto em xeque, e conseqüentemente, a Igreja continuava ocupando lugar central na sociedade.

Tanto foi assim que os tratados de bom comportamento social que surgiram no século XII, conforme atesta Peter Burke (1997), eram quase todos baseados nos manuais de boa conduta dirigidos ao clero, que tinha como texto fundamental a reconstrução feita por Santo Ambrósio de uma obra de Cícero. Como regra geral, dedicavam especial atenção às atitudes em público e no interior da Igreja, à forma de comer, aos gestos, à maneira de andar, enfim, de se (com)portar. Esta preocupação com os bons modos, com a “civildade” - oriunda tanto da consolidação do feudalismo como do Renascimento urbano e comercial - certamente foi essencial para que o século XII vislumbrasse uma importante mudança no procedimento entre os homens: o despontar da cortesia.

A cortesia tem sido descrita como uma “invenção” medieval. ... De fato, foi durante a Idade Média, talvez em torno do século XII, que o comportamento na corte se tornou um modelo para o de outras pessoas, e a corte tornou-se um espaço, lugar ou ambiente fundamental naquilo que Elias chama “processo civilizador”. O termo curialitas, “cortesia”, definido por um escritor como “nobreza de modos”, entrou no latim na passagem do século XI para o XII (Burke, 1997: 25).

De acordo com Burke (1997), nas chamadas *chansons de gèste*, ou o equivalente medieval da *Ilíada*, as atitudes tidas como notáveis não incluíam essa qualidade no rol de habilidades que o “bravo” e “corajoso” homem deveria apresentar. Foi com o auge do feudalismo, quando o cavaleiro já não precisava mais viver somente guerreando, pois uma certa paz tinha se estabelecido na sociedade, que

novos valores como “boas maneiras” foram incorporados à cavalaria, justamente por esta deixar gradualmente de requerer qualidades exclusivamente militaristas. O relato de Abelardo na *História das minhas calamidades* também nos fornece dados a este respeito. Ele afirma que no seu meio - o da pequena nobreza - a regra dizia que o filho primogênito devia seguir a milícia. Contudo, seu pai, homem culto e apaixonado pelo estudo das letras, encaminhou todos os filhos e principalmente ele - o primogênito - nas artes liberais, antes de enviá-los à prática militar. Por amor a esses estudos, Abelardo renunciou, conforme suas palavras, “à corte de Marte para ser educado no regaço de Minerva” (Abelardo, 1989: 30).

Dessa maneira, contrapondo as afirmações de Burke com o relato de Abelardo, podemos inferir que, de fato, estavam ocorrendo mudanças em todos os âmbitos da sociedade. Se por um lado, no campo filosófico do século XII, temos Pedro Abelardo lutando pela razão humana e contribuindo para o desenvolvimento do pensamento escolástico, por outro lado, temos no campo sócio-econômico o importante papel desempenhado pelo aumento da atividade comercial na transformação dos costumes dos homens.

Pirenne (1968) aborda com maestria tal questão. Para ele, o desenvolvimento do comércio medieval se deu em função da exportação, com a classe dos comerciantes profissionais, tendo início na Itália e nos Países Baixos. Com esse fato, a circulação de moedas começou a aumentar na sociedade, juntamente com o desejo de adquirir novos objetos de consumo. A princípio, os itens negociados eram as especiarias trazidas da África, China e Índia. Sem dúvida, o mercado dessas especiarias aumentou muito, principalmente por parte da aristocracia, que quis “rodar-se de luxo, ou pelo menos, das comodidades que convinham à sua condição social” (Pirenne, 1968: 86).

Convém ressaltar, entretanto, que a riqueza originária do comércio não modificou somente os costumes da nobreza. Toda a sociedade sentiu o efeito das novas atividades exercidas pelos homens. O ensino, por exemplo, restrito até aquele momento à Igreja, foi um dos setores que mais influência teve da classe burguesa⁵.

O desenvolvimento da atividade comercial colocou os mercadores e comerciantes em contato

direto com outros povos, exigindo deles conhecimentos além do latim aprendido na escola monástica. Assim, para atender essa necessidade, foram criadas no século XII, escolas laicas para os filhos dos burgueses, a fim de adquirirem conteúdos relacionados à sua vida prática. Dentre esses conhecimentos, destacavam-se o de línguas vulgares para poder se comunicar, o de geografia para se locomover, o de história para conhecer a cultura de um povo, o de matemática para fazer contas, além do emprego da letra cursiva por despender menos tempo na hora de escrever. Desta forma, consideramos que a escola laica foi um elemento relevante que ajudou a transformar a educação e o pensamento do período. Ela serviu de alicerce para que a classe burguesa e todas as atividades provenientes dela, como o comércio pudessem se desenvolver cada vez mais.

Jacques Le Goff (1991), historiador contemporâneo, também discute o nascimento da cultura laica e sua relação com o comércio. Sua cultura, com essa discussão, é demover a idéia - muito presente em determinadas explicações acerca da questão - de que na Idade Média somente os homens da Igreja transmitiam o saber:

Com freqüência, tem-se a impressão de que os clérigos detêm na Idade Média o monopólio da cultura. O ensino, o pensamento, as ciências e as artes seriam feitos por eles e para eles, ou pelo menos sob sua inspiração e controle. Imagem falsa, a ser amplamente corrigida. A influência da Igreja sobre a cultura só foi quase total durante a Alta Idade Média. A partir da revolução comercial e do desenvolvimento urbano, as coisas mudam. Por mais fortes que continuem a ser os interesses religiosos, por mais poderosa que seja a alta hierarquia eclesiástica, grupos sociais antigos ou novos têm outras preocupações, têm sede de conhecimentos práticos ou teóricos diferentes dos religiosos, criam para si instrumentos de saber e meios de expressão próprios. ... Nesse nascimento e desenvolvimento de uma cultura laica, o mercador desempenhou um papel capital. Para seus negócios, tem necessidade de conhecimentos técnicos. Por sua mentalidade, visa ao útil, ao concreto, ao racional. Graças ao dinheiro e ao poder social e político, pode satisfazer suas necessidades e realizar suas aspirações (Le Goff, 1991: 103).

Considerações finais

Abelardo integra o ambiente descrito acima por Le Goff. Foi influenciado pelos fatos da época e influenciou, com suas idéias, o pensamento de muitas pessoas. Embora fosse um homem religioso que, sem dúvida, acreditava no poder divino, sua fé

⁵ A origem da classe burguesa encontra-se no interior das comunas e o seu desenvolvimento deve-se ao comércio. O exercício desta atividade, porém, não se desenvolveu uniformemente em todas as regiões da Europa. Pirenne afirma que foi nas comunas criadas pelos burgueses que o comércio floresceu de fato. (Pirenne, 1968).

em Deus não o impedia de acreditar, também, com a mesma intensidade, na razão humana.

Nesse sentido, é importante considerar que a forma dialética de Abelardo pensar não estava desarraigada da realidade vivida por ele. Expressava, isto sim, a própria vida dos homens. As fontes historiográficas nos colocaram frente ao contexto social do século XII, permitindo-nos entender que os valores, os costumes, a forma de comportamento e o próprio pensamento das pessoas estava mudando na época de Abelardo porque a sociedade estava passando por transformações sociais e econômicas que influenciavam a educação, possibilitando um novo modo de pensar e enxergar as questões. Daí concluímos que as respostas, as soluções e os procedimentos considerados satisfatórios em um dado período não são eternos. O pensamento e os costumes modificam-se *pari passu* com as necessidades dos homens.

Referências

- ABELARDO, P. *Lógica para principiantes*. 3.ed. São Paulo: Abril, 1984. (Coleção Os Pensadores).
- ABELARDO, P. *Correspondência de Abelardo e Heloísa*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BURKE, P. *As Fortunas d'O Cortesão*. São Paulo: Unesp, 1997.
- GUIZOT, F. *História da civilização na Europa*. Lisboa: Parceria Antônio Maria, 1907, 2 v.
- LE GOFF, J. Mester e profissão segundo os manuais de confesores da Idade Média. In: LE GOFF, J. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980. p. 151-167.
- LE GOFF, J. O Papel Cultural. In: LE GOFF, J. *Mercadores e Banqueiros na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p.103-130.
- NUNES, R. A escolástica. In: NUNES, R. *História da Educação na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1979. p.243-286.
- PIRENNE, H. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

Received on December 10, 2001.

Accepted on January 14, 2002.